



REPÚBLICA DE CABO VERDE

LEI DA NACIONALIDADE
E
REGULAMENTO

Edição do Gabinete de Estudos,
Legislação e Documentação
do **Ministério da Justiça**

CONSELHO DE MINISTROS

Decreto-Lei n.º 71/76

de 24 de Julho

No uso da faculdade conferida pelo n.º 4 do artigo 15.º da Lei sobre a Organização Política do Estado, de 5 de Julho de 1975, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

CAPÍTULO I

Da nacionalidade originária

Artigo 1.º — 1. São cidadãos caboverdeanos originários os indivíduos nascidos em Cabo Verde que satisfaçam os requisitos previstos em qualquer das alíneas seguintes:

- a) serem filhos de pai ou mãe nascidos em Cabo Verde;
- b) serem filhos de pais apátridas ou de nacionalidade desconhecida e terem domicílio em Cabo Verde;
- c) estarem domiciliados em Cabo Verde à data da proclamação da Independência;
- d) virem a estabelecer domicílio em Cabo Verde até 1 ano após a publicação do presente diploma.

2. Os indivíduos que embora nascidos em Cabo Verde estejam numa das situações previstas no número antecedente, não queiram ter a nacionalidade caboverdeana, deverão declará-lo no prazo de 1 ano a contar da publi-

cação do presente diploma, e fazer a prova de terem outra nacionalidade.

Art. 2.º São cidadãos caboverdeanos originários os indivíduos nascidos em Cabo Verde, filhos de pai e mãe estrangeiros que se não encontrem em Cabo Verde em missão do Estado a que pertencem, desde que não declarem por si ou seu legal representante, que não querem ser caboverdeanos.

Art. 3.º São cidadãos caboverdeanos originários, embora nascidos no estrangeiro, os filhos de pai ou mãe que beneficie da nacionalidade caboverdeana por virtude do disposto no artigo 1.º, desde que esteja preenchido um dos seguintes requisitos:

- a) encontrar-se o pai ou a mãe em território estrangeiro em serviço do Estado de Cabo Verde;
- b) não declararem o contrário no prazo de 1 ano a contar da data da cessação da incapacidade ou de nascimento conforme a declaração seja feita por si ou pelos seus legais representantes;
- c) não declararem o contrário no prazo de 1 ano a contar da publicação do presente diploma, por si, sendo capazes, ou pelos seus legais representantes, sendo incapazes, desde que não estejam numa das situações previstas na alínea anterior.

CAPÍTULO II

Da aquisição de nacionalidade

SECÇÃO I

Aquisição originária

Art. 4.º — 1. Podem adquirir a nacionalidade caboverdeana originária:

- a) o cidadão guineense originário que tenha a sua residência habitual na República de Cabo Verde desde que assim o declare por si, ou pelo seu legal representante, sendo incapaz;

b) os indivíduos que, tendo nascido em território caboverdeano e nele residam à data da proclamação da independência, não tenham adquirido essa nacionalidade por virtude de declaração dos seus legais representantes, desde que assim o declarem até 1 ano depois da cessação da incapacidade;

c) os indivíduos que, embora não tenham nascido em território caboverdeano, nele estivessem domiciliados à data da proclamação da independência e tenham pelo menos 20 anos de residência em Cabo Verde, desde que assim o declarem até 1 ano após a publicação do presente diploma.

2. O prazo de 20 anos referidos na alínea c) do número anterior será reduzido para 10 anos quando o interessado tenha filhos nascidos em Cabo Verde.

3. O mesmo prazo será reduzido para 15 anos quando o interessado seja casado com pessoa de nacionalidade caboverdeana originária.

SECÇÃO II

Aquisição por casamento

Art. 5.º Pode adquirir a nacionalidade caboverdeana o cônjuge estrangeiro de nacional que declare querer adquiri-la desde que estejam preenchidos cumulativamente os seguintes requisitos:

- a) durar o casamento há pelo menos 3 anos;
- b) estabelecer domicílio em Cabo Verde;
- c) renunciar à anterior nacionalidade;
- d) oferecer garantias políticas e morais de integração na sociedade caboverdeana.

SECÇÃO III

Aquisição por naturalização

Art. 6.º — 1. Poderá ser concedida nacionalidade caboverdeana por naturalização aos estrangeiros que tenham

prestado serviços relevantes ao PAIGC desde que renunciem expressamente à nacionalidade anterior.

2. A nacionalidade adquirida nos termos do número anterior será concedida pelo Governo sob proposta do Secretariado Permanente da Comissão Nacional de Cabo Verde do PAIGC.

Art. 7.º Poderão adquirir a nacionalidade caboverdeana por naturalização os estrangeiros que reúnam cumulativamente as seguintes condições:

- a) residirem habitual e regularmente em território caboverdeano há pelo menos 5 anos;
- b) serem considerados maiores pelas leis do Estado de Cabo Verde e pelas leis do Estado de origem;
- c) oferecerem garantias políticas e morais de integração na sociedade caboverdeana.

Art. 8.º A nacionalidade caboverdeana poderá ser, no próprio acto de naturalização, concedida aos filhos menores e solteiros dos estrangeiros que se queiram naturalizar caboverdeanos, desde que assim seja requerido pelos pais.

Art. 9.º A nacionalidade caboverdeana por naturalização será concedida por decreto do Governo sob parecer do Ministro da Justiça, a requerimento do interessado e mediante processo organizado nos termos que vierem a ser regulamentados.

CAPÍTULO III

Da perda e reacquirição da nacionalidade

SECÇÃO I

Da perda da nacionalidade

Art. 10.º Perde a nacionalidade caboverdeana:

- a) aquele que adquira voluntariamente outra nacionalidade;

- b) aquele que, sem autorização do Governo, aceite prestar qualquer serviço a um Estado estrangeiro, se não abandonar esse serviço dentro do prazo que lhe for estabelecido pelo Governo;
- c) aquele que, tendo-lhe sido atribuída a nacionalidade caboverdeana, quando incapaz, venha declarar, após a cessação da incapacidade, que não deseja ser caboverdeano e prove ter outra nacionalidade.

Art. 11.º O Governo pode declarar a perda da nacionalidade caboverdeana por parte de indivíduos definitivamente condenados por crime doloso contra a segurança externa do Estado ou que ilicitamente exerçam a favor de potência estrangeira ou de seus agentes, actividades contrárias aos interesses do País.

SECÇÃO II

Da reacquirição da nacionalidade

Art. 12.º Pode readquirir a nacionalidade caboverdeana:

- a) aquele que, após ter adquirido outra nacionalidade estabeleça domicílio em território caboverdeano e declare que pretende readquiri-la;
- b) aquele que tendo-lhe sido retirada a nacionalidade caboverdeana, venha obter graça especial de reacquirição;
- c) aquele que houver adquirido a nacionalidade estrangeira por virtude de casamento se, no caso de este ser dissolvido ou declarado nulo, estabelecer domicílio em território nacional e declarar que pretende readquirir a nacionalidade caboverdeana.

CAPÍTULO IV

Dos efeitos da atribuição, aquisição, perda e reacquirição da nacionalidade

Art. 13.º — 1. Salvo disposição em contrário, a aquisição de nacionalidade originária produz efeitos desde

o nascimento do interessado, ainda que as condições de que dependa só posteriormente se tenham verificado.

2. A nacionalidade atribuída nos termos do número antecedente não prejudica a validade das relações jurídicas anteriormente estabelecidas com fundamento em nacionalidade diversa desde que estas não violem os princípios da ordem pública interna ou internacional do Estado de Cabo Verde.

Art. 14.º Os actos de atribuição, aquisição, perda e reacquirição da nacionalidade caboverdeana estão sujeitos a registo obrigatório nos termos que em regulamento vierem a ser fixados.

Art. 15.º Os efeitos da aquisição não originária, perda e reacquirição da nacionalidade caboverdeana só se produzem a partir da data do registo das mesmas.

Art. 16.º A prova e o contencioso da nacionalidade serão objecto de diploma regulamentar.

CAPÍTULO V

Disposições finais

Art. 17.º Em diploma especial serão definidas as condições de exercício de funções públicas ou de funções privadas de interesse público, por cidadãos caboverdeanos não originários ou por estrangeiros.

Art. 18.º Ocorrendo circunstâncias especiais, qualquer dos prazos previstos para a aquisição da nacionalidade caboverdeana poderá ser alterado por despacho do Primeiro Ministro.

Art. 19.º As dúvidas e os casos omissos que surgirem na aplicação do presente diploma, serão resolvidos pelo Governo, ouvido o Ministro da Justiça.

Art. 20.º O presente Decreto-Lei entra imediatamente em vigor, sendo os seus efeitos retroactivos à data da

proclamação da Independência Nacional, sem prejuízo das situações constituídas e dos efeitos produzidos dos factos passados.

Pedro Pires—Herculano Vieira—Carlos Reis—Amaro da Luz—Manuel Faustino—Sérgio Centeio—Silvino Lima—David Hopffer Almada.

Promulgado em 8 de Julho de 1976.

Publique-se.

O Presidente da República, ARISTIDES MARIA PEREIRA.

Para ser presente à Assembleia Nacional Popular.